

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

LEILANY VIEIRA SILVA

A INSERÇÃO DO MIGRANTE CEARENSE NA PROVÍNCIA DO PARÁ
(1877-1879)

PICOS – PI.

2017

LEILANY VIEIRA SILVA

**A INSERÇÃO DO MIGRANTE CEARENSE NA PROVÍNCIA DO PARÁ
(1877-1879)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal do Piauí – UFPI, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, como requisito básico para a conclusão do Curso de Licenciatura Plena em História.

Professor Orientador: Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro

PICOS – PI.

2017

FICHA CATALOGRÁFICA
Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí
Biblioteca José Albano de Macêdo

S586i Silva, Leilany Vieira.
A inserção do migrante cearense na província do Pará (1877-1879). / Leilany Viera Silva. – Picos, PI, 2017.
47 f.
CD-ROM : il.; 4 ¼ pol.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História) – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2019.

Orientador(A): Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro.

1. Migração. 2. Cearense. 3. Província do Pará. I. Título.

CDD 304.98131



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
Campus Senador Helvídio Nunes de Barros
Coordenação do Curso de Licenciatura em História
Rua Cícero Duarte Nº 905, Bairro Junco CEP 64600-000 - Picos- Piauí
Fone: (89) 3422 2032 e-mail: coordenacao.historia@ufpi.br

ATA DE DEFESA DE MONOGRAFIA

Aos vinte (20) dias do mês de fevereiro de 2017, na sala do Laboratório de Ensino de História, do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, da Universidade Federal do Piauí, reuniu-se a Banca Examinadora designada para avaliar a Defesa de Monografia de **Léilany Vieira Silva** sob o título “**A inserção do migrante cearense na província do Pará (1877-1879)**”.

A banca constituída pelos professores:

Orientador: Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro
Examinador 1: Prof. Me. José Lins Duarte
Examinador 2: Prof. Me. Mara Gonçalves de Carvalho

Deliberou pela aprovação do (a) candidato (a), tendo em vista que todas as questões foram respondidas e as sugestões serão acatadas, atribuindo-lhe uma média aritmética de 8,5.

Picos (PI), 20 de fevereiro de 2017.

Orientador (a): Francisco Gleison da C. Monteiro

Examinador (a) 1: José Lins Duarte

Examinador (a) 2: Mara Gonçalves de Carvalho

AGRADECIMENTOS

Eu me sinto primeiramente grata a Deus, centro e fundamento de toda a minha vida, por me conceder a sabedoria necessária para a realização do sonho que é a minha graduação.

À minha mãe, por ter concedido a mim a vida, juntamente com o meu pai, que é tudo para mim. Sem eles eu não teria conseguido e não seria nem a metade da pessoa que sou hoje. Eu amo os dois, de verdade.

Ao professor Dr. Gleison da Costa Monteiro, pela paciência na orientação e no incentivo que tornou possível a conclusão desta monografia. Lembro-me bem do dia em que fui à sua sala desesperada por não ter um tema para TCC e, pior ainda, não ter despertado o interesse por nenhum, e ele com muita prontidão conversou comigo, indicou leitura, forneceu material e ofereceu sua ajuda.

Ao professor Dr. Raimundo Nonato de Lima, pela sensibilidade que o diferencia como educador, pela presença marcante em minha vida acadêmica e por me fornecer a oportunidade de participar do Projeto de Extensão TEMPUS (Teatro Experimental Universitário em Estudos históricos), onde vivenciei experiências incríveis, que contribuíram para minha formação.

A todos os professores do curso de História pela convivência harmoniosa, pelas trocas de conhecimentos e experiências que foram tão importantes na minha vida acadêmica e pessoal. Estes contribuíram para que eu desenvolvesse um novo olhar profissional.

A todos os colegas de classe que se meus tornaram amigos. Jailson Valentim, Fernando Cruz, Giovani Lima, Marina Priscilla, Amanda Fernanda, e, em especial, Mohana Damasceno, a qual foi promovida da categoria de amiga para parceira de vida. Muito obrigada pelo seu ombro amigo, por me incentivar a não desistir e por me fazer acreditar que sou capaz.

DEDICATÓRIA

Minha formação profissional não seria concretizada sem a ajuda do meu pai, que me proporcionou esta oportunidade. Por esta razão, gostaria de dedicar a você, meu pai, em grato reconhecimento, este trabalho.

Aos (às) amigos (as), familiares, professores (as) e todos aqueles (as) que cruzaram a senda da minha vida, participando de alguma forma na construção e na realização deste sonho.

A Deus dedico o meu agradecimento maior, por tudo em minha vida.

Rompendo vínculos, buscando outras terras, outros povos, enfrentando incertezas, os migrantes movem-se no rastro de possibilidades, de sonhos.

Antônio Alexandre Isidio Cardoso

RESUMO

A presente monografia traz em sua proposta temática e em seu conteúdo reflexivo a questão migratória de cearenses em direção à Província do Pará, tomando como referência temporal o triênio 1877/1879, período este em que o ciclo da borracha já se encontrava em intensificação da força socioeconômica da Amazônia, onde se localiza integralmente o território paraense. Para a referida província viajaram milhares de sertanejos do Ceará, fugindo da miséria socioeconômica e das adversidades climáticas patrocinadas pelos longos períodos de estiagens que cobriam a porção sertaneja do Norte, onde estava geograficamente a província cearense no período sobredito, e eles saíram em busca de melhores condições de vida, sonhando encontrá-las na exploração das seringueiras amazônicas por força da retirada do látex como matéria-prima para a produção da borracha, cujo processo de produção se encontrava em expansão. Esta produção textual acadêmica se apresenta como pesquisa bibliográfica, cuja discussão teórica intenciona apresentar informações dentro da temática proposta sobre a Província do Ceará no século XIX e sobre fluxo migratório de cearenses em direção ao Pará de então, manejando para isso o apoio referencial em primeiro lugar Barboza (2013), mas também de Neves (2000), Symanski (2008), Carvalho (2009), Almeida (2012), Cardoso (2012), Neto (2012), D'Agostini (2013) e Lima (2014), entre outros.

Palavras-chave: Migração. Cearense. Província do Pará.

ABSTRACT

The present monograph brings in its thematic proposal and its reflective content the migratory issue of Cearenses towards the Province of Pará, taking as a temporal reference the triennium 1877/1879, a period in which the rubber cycle was already in force intensification Socioeconomic level of Amazonia, where the entire Pará region is located. For the province, thousands of people from Ceará traveled, escaping from the socioeconomic misery and climatic adversities sponsored by the long periods of drought that covered the northern part of the country, where the province of Ceará was geographically in the period, and they went in search of better Living conditions, dreaming of finding them in the exploration of Amazonian rubber trees because of the withdrawal of latex as raw material for rubber production, whose production process was expanding. This academic textual production presents itself as a bibliographical research, whose theoretical discussion intends to present information within the proposed theme about the Province of Ceará in the nineteenth century and on the migratory flow of Cearenses towards the Pará of that time, managing for this the first reference support Barboza (2013), but also of Neves (2000), Symanski (2008), Carvalho (2009), Almeida (2012), Cardoso (2012), Neto (2012), D'Agostini (2013) and Lima among others.

Keywords: Migration. Cearense. Pará province.

MAPAS E IMAGENS

Mapa 1 – Província do Ceará no século XIX	15
Mapa 2 – Estado do Ceará no século XXI (atualmente)	16
Imagem 1 – Retirantes da seca de 1877.....	26

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 O CEARÁ NO SÉCULO XIX	16
2.1 Aspectos socioeconômicos	19
2.2 A migração do Ceará para o Pará entre 1877 e 1879	23
3 O PARÁ E O CICLO DA BORRACHA DO SÉCULO XIX	30
3.1 Belém do Pará e o ciclo da borracha	34
3.2 Os imigrantes cearenses no Pará do século XIX	38
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS	46

1 INTRODUÇÃO

O conteúdo textual que segue traz em sua intencionalidade um estudo a respeito da inserção do migrante cearense na Província do Pará, especificando o triênio 1877-1879 como ponto temporal para as pesquisas bibliográficas a garantirem a fundamentação teórica dentro da temática em questão.

Os objetivos em torno do trabalho acadêmico ora em construção impõem o intuito de: analisar os fatos históricos que marcaram o triênio 1877-1879 em relação aos migrantes cearenses rumo à Capitania do Pará, por conta do período econômico que ficou conhecido como o ciclo da borracha. A metodologia utilizada foi uma reflexão a partir das pesquisas bibliográficas sobre as condições de vida na ida e na vivência dos migrantes cearenses em solo amazônico na porção paraense da década de 1880; estabelecer um conhecimento socioeconômico do Ceará do século XIX perante o panorama nacional do triênio sobredito.

O que compõe a proposta temática desta monografia resgata a história da migração de muitos cearenses que, enfrentando as adversidades socioeconômicas do Ceará e os enfrentamentos de doenças e falta de alimentos acometidos pela seca, viram no ciclo da borracha na Amazônia uma possibilidade de melhoria das condições de vida, quando a retirada do látex das seringueiras estimulou pessoas de inúmeros lugares Brasil e América Latina afora, cujo século XIX marcou o ápice de tal ciclo econômico brasileiro. Assim, a relevância de tal discorrer dissertativo jaz no valor histórico que tem para o povo cearense e para o Brasil como um todo de se saber como aconteceram os fatos desde a visão que os imigrantes tiveram de mundo melhor, passando pela ida de tais migrantes para o sul da Província do Pará até a forma como eles foram tratados nas terras paraenses de então.

Para uma obra acadêmico-monográfica, como é o caso deste trabalho, o que se ajusta em conteúdo a respeito da migração cearense e da presença dos imigrantes saídos do Sertão semiárido, cuja situação climática e socioeconômica se agravou ainda mais com a seca de 1877, e chegados ao verde amazônico, em específico aqui o solo sul-paraense, impõe sua relevância para a sociedade acadêmica em geral, na qual está a pertencente ao curso de História da Universidade Federal do Piauí – UFPI, instalada em Picos – Piauí, e para qualquer concludente do curso universitário referido, que é caso da autoria desta monografia, isso porque instiga a pesquisa e o aprofundamento informativo de uma parte da história do Brasil, regionalizada no foco bibliográfico, requerendo percepções diligentes em torno do tema

abordado, tanto que muito tem de contribuição argumentativa nas anotações adiante a tese de Barboza (2013) sobre os retirantes do Ceará rumo ao Norte, entre outros historiadores.

O processo migratório cearense por conta das vicissitudes socioeconômicas locais e da esperança de ganhos nos seringais amazônicos do século XIX não ocorreu de um único ponto geográfico, mas de referências distintas da porção sertaneja cearense. Fala-se aqui de uma região que dista em média mais de 300 km em relação a Teresina, capital do Piauí, e a Picos, cidade do campus universitário desta monografia. Pessoas dos pouco mais de 140 milhões de km², o território do Ceará no século XIX, se distribuíam no decênio de 1887 numa população de já de milhões de habitantes, acomodadas nas atividades econômicas da agropecuária como o a produção de algodão, a criação de animais e o comércio (ALMEIDA, 2012).

O histórico deste texto monográfico tem início na proposta temática e de conteúdo do doutor em História Social pela PUC-SP, Edson Holanda Lima Barboza, que chamou para o debate, entre outras discussões, a questão do migrante cearense rumo à Amazônia, pertencendo a esta a Província do Pará, partindo do ano de 1877 e indo até 1884. Logo por meio da leitura da sua tese já se pode considerar que a pesquisa bibliográfica para esta monografia estava iniciada.

Barboza (2013), no entanto, não foi a única referência acolhida nesta construção textual-acadêmica. Outros pesquisadores do assunto da migração cearense no século XIX para as terras sul-paraenses também contribuíram para a sustentação do que se propôs no conteúdo deste trabalho de conclusão de curso universitário, entre os quais estão Neves (2000), Lacerda (2006), Symanski (2008), Carvalho (2009), Almeida (2012), Cardoso (2012), Neto (2012) e D'Agostini (2013).

Uma pesquisa bibliográfica já tem a sua exigência por si só. Mas há que expor aqui o reconhecimento de que encontrar referenciais teóricos com a contundência do assunto abordado para esta monografia se destaca como a principal dificuldade. As buscas requereram diligentes cuidados na leitura, na interpretação e na escolha de citações, a fim de salvaguardar o conteúdo textual de quaisquer prejuízos na coerência e na coesão dissertativa.

A propósito dos referenciais teóricos, Barboza (2013) com a sua tese de doutorado em História Social pela PUC-SP, *A hidra cearense: Rotas de retirantes e escravizados entre o Ceará e as fronteiras do Norte (1877-1884)*, tem uma forte presença no conteúdo que segue nesta monografia. Na verdade, a partir dele é que se formou o embrião da temática deste trabalho.

Mas Neves (2000) em seu livro *A multidão e a história: saques e outras ações de massa no Ceará*, cujo conteúdo apresenta as diversas etapas do processo social e político do

Ceará, recuando à seca de 1877, contribui para o conhecimento da Província cearense do século XIX, sendo de ajuda contundente para a dissertação pretendida.

Lacerda (2006), com seu texto acadêmico pela USP, *Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1916)*, embora pesquise numa cronologia posterior ao triênio 1877/1879, que foi o período escolhido para esta construção monográfica, expõe as condições de vida dos migrantes cearenses na Amazônia extrativista similares a todos os tempos em que o processo migratório aconteceu em sua intensidade.

Symanski (2008), professor adjunto do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Paraná, é outro referente na mesma rota de Neves (2000), uma vez que ele chama ao debate o panorama socioeconômico do Ceará do século XIX.

Carvalho (2009), professor da Universidade Regional do Cariri e mestre em História e Cultura pela UECE, com a obra *Elites, poder e fortuna: família e sociedade no Ceará do século XIX (1850-1890)*, também disserta sobre o panorama socioeconômico do Ceará no século XIX, o que também inclui a questão da Diáspora cearense rumo à Amazônia.

Almeida (2012), professor-assistente na Universidade Estadual do Ceará e doutor em História Social pela UFF, aborda em seu trabalho nesta monografia registrado as políticas públicas, os governos e o desenvolvimento espacial, gestor e territorial no Ceará, onde o século XIX recebe dedicada atenção em suas pesquisas. Cardoso (2012), mestre em História Social pela Universidade Federal do Ceará, escreve exatamente a respeito dos migrantes cearenses em território amazônico no século XIX.

O fato é que, com base nos textos pesquisados em registro nos autores supracitados, entre outros que compõem as fundamentações teóricas desta monografia, entende-se que a história do homem sertanejo desde as primeiras organizações humanas não indígenas a partir do século XVII nas paragens que hoje compõem o território da Região Nordeste do Brasil está marcada por um processo de migração contínua de um lugar para outro desde quando se fala em povoamento no território que hoje compreende a região política em questão, cuja parte que corresponde ao Ceará, segue a regra no que diz respeito ao movimento humano de idas e vindas, na dimensão nacional, em busca de melhoras para si e para os seus, em razão do acesso e das condições de trabalho e de outros aspectos que respondem pela qualidade de vida, a exemplo do êxodo marcado das paragens sertanejas para as amazônicas (CARDOSO, 2011), cujo tema toma parte nas pesquisas de vários acadêmicos, que se debruçam nas análises do que justifica a saída dos cearenses (e dos sertanejos em geral) da sua terra.

A respeito desses homens e mulheres, especificamente, cearenses é que esta organização textual acadêmica intenciona analisar sobre o seu movimento migratório,

considerando o triênio 1877/1879, quando nesse período histórico muitos habitantes das paragens do Ceará, afora outras regiões brasileiras, correram para o território amazônico em busca de ganhos financeiros advindos do ciclo da borracha.

Dentro do território amazônico, esta construção analítico-acadêmica enfatiza o que corresponde a então Capitania do Pará, Região Norte do Brasil, para onde tantos dos imigrantes cearenses foram, atraídos pelo novo endereço econômico brasileiro. Nas palavras de Cardoso (2012, p.69), “rompendo vínculos, buscando outras terras, outros povos, enfrentando incertezas, os migrantes movem-se no rastro de possibilidades, de sonhos”.

Já nas considerações introdutórias desta monografia vale a pena registrar que “o ciclo da borracha foi um importante momento da história econômica e social do Brasil. Esse período está relacionado com a extração e a comercialização da borracha” (D’AGOSTINI, et all., 2013, p.6). Justamente pelo enriquecimento proveniente do látex retirado das seringueiras, vegetação abundante na Amazônia, é de vários lugares do Brasil correram pessoas para o Norte, entre os quais se encaixam imigrantes do Ceará.

A propósito, D’Agostini [et all] (2013, p.6) enfatiza que “a borracha natural começou a ser extraída para exportação em 1827, [...] houve um estímulo para a exportação da borracha natural, produzida em seringais da região amazônica”.

A citada referência bibliográfica chama a atenção para o progresso das cidades de Manaus – Amazonas e de Belém – Pará, que durou pouco mais de meio século desde as primeiras retiradas de látex, a partir do sobrescrito ano. Neste caso, a migração cearense para o território paraense no triênio que interessa a esta produção textual acadêmica se deu já nos fins da riqueza provinda do ciclo da borracha, segundo se lê em D’Agostini [et all] (2013).

Já considerando as informações preliminares sobreditas, o objetivo desse trabalho é investigar, a partir da bibliografia, as experiências sociais nessa situação de migração, envolvendo os imigrantes cearenses no processo histórico desde os locais de partida no Ceará até a chegada à província do Pará, entre os anos de 1877 e 1879, registrando também à medida das informações encontradas como foi o modo de vida desses imigrantes na Província paraense no período em questão.

A respeito da organização do que a partir de 1822 com a independência do Brasil passou a se chamar Província do Ceará, vale a pena informar que

A partir do século XVII a fama da grande conveniência das terras dos sertões do Ceará para a criação do gado, proporcionou rapidamente a ocupação e conquista desta região através da divisão das sesmarias ao sul da capitania para inúmeros representantes da Coroa portuguesa. A ocupação aos poucos

foi acontecendo com a inserção de algumas famílias que passaram a consolidar a formação de importantes núcleos familiares dentro do processo de organização social na capitania do Ceará (CARVALHO, 2009, pp.4,5).

Convém considerar nesta introdução em torno da temática voltada para a migração cearense no século XIX, especificando o triênio 1877/1879, que em Carvalho (2009) estão as informações de que o território que hoje se entende por Ceará estava na data trienal sobredita tomado por grandes latifúndios que davam aos seus proprietários poder político e econômico.

Quando ainda era capitania, sob o regime colonial, as terras sertanejas cearenses, neste caso acompanhando o destaque textual acima, estavam sob o comando de representantes da Coroa portuguesa, sendo estas que organizaram as elites no Ceará de então.

A respeito do processo migratório cearense no século XIX, “Esta emigração, em sua maioria, partia dos portos do litoral da Província do Ceará, que, nesta época, era considerada pertencente à região Norte do país. Pois, em fins do século XIX e começo do século XX, o Brasil só tinha duas regiões: Norte e Sul” (NETO, 2012, p.10).

Sob a égide da temática e das informações preliminares até aqui apresentadas, esta monografia impõe uma discussão teórica que objetiva levar o leitor a conhecer a Província do Ceará a partir do contexto do século XIX, assim como analisar a migração do sertanejo cearense em direção ao ciclo da borracha na Amazônia brasileira, especificando a Província do Pará como o destino a ser trabalhado nesta discussão.

A textualização argumentativa considerará diversas fontes bibliográficas que se exporão ao longo dos capítulos que seguem, sendo as mesmas assentadas e interpretadas ao propósito do que intenciona abordar a temática textual que deu título a esta monografia.

O primeiro capítulo enfatiza o Ceará do século XIX, com seus aspectos socioeconômicos e com as manifestações migratórias de cearenses em busca de uma vida melhor fora das terras locais, enfocando o rumo ao território amazônico. Em seguida, já no segundo capítulo, a exploração das fontes bibliográficas trabalharão o ciclo da borracha e a reação do território paraense para com o período de riqueza extrativista da região proveniente do látex retirado das seringueiras, cuja presença de imigrantes vindos do Ceará se deu por força da atração de mão-de-obra que a extração do látex proporcionou.

Cada capítulo confirmará em seu conteúdo com o apoio argumentativo das referências bibliográficas em exposição no texto a relevância histórico-informativa do que intenciona esta discussão textual acadêmica em torno da presença imigrante cearense no Pará do século XIX, especificando o triênio 1877/1879.

2 O CEARÁ NO SÉCULO XIX

Este conteúdo textual recorre sempre, que sua intencionalidade reputa, ao que escreveu Barboza (2013), sobre a migração cearense rumo à Província do Pará, o que no caso do panorama do Ceará do século XIX o mesmo foca na situação da massa pobre da Província cearense, portanto, postulante a viver nos caminhos migratórios da época em que o cenário socioeconômico esteja em análise de pesquisa neste trabalho.

Logo nas primeiras anotações da sua tese, Barboza (2013, p.11) escreve: “As visões hegemônicas impostas por elites veiculadas à produção da borracha tem realizado um trabalho de ‘enquadramento’ das memórias da migração cearense, sempre associada á atividade do extrativismo, aprisionando outras expectativas e projetos”.

Conforme os mapas em exposição abaixo, o território cearense no século XIX não tinha a mesma organização geográfica que a sua extensão territorial atualmente. Houve uma cessão de parte de suas terras no litoral noroeste da Província cearense para o Piauí. Este, por sua vez, cedeu partes lestes da sua extensão geográfica.



Mapa 1 – Província do Ceará – século XIX

Fonte: <<http://cearaemfotos.blogspot.com.br/>>. Acesso em 20. Jan. 2017.



Mapa 2 – Estado do Ceará no século XXI (atualidade)

Fonte: < <http://bpcnaescola.mec.gov.br/site/html/estados/ce.html>>. Acesso em 20. Jan. 2017.

Assim, no ponto que interessa a esta monografia, Barboza (2013) registra que as memórias da migração cearense estão vinculadas ao panorama do Ceará em seus aspectos vários, adversos tanto na natureza física do ambiente geográfico quanto nas situações de atenção direta para com a população local, e que parte da sua tradição social, política e econômica “se encontra soterrada por uma historiografia que vincula os deslocamentos aos atrativos econômicos, desconsiderando outras possibilidades em curso, omitindo também a composição plural das populações” (p.11).

O território que corresponde ao Estado do Ceará na atualidade, Província do Ceará nos tempos do Império, sempre sofreu com os fatores climáticos, quando o chamado Polígono da Seca se faz intenso na região, obrigando o homem da terra local a conviver com a escassez do lugar ou a procurar outras condições de vida em lugares fora das paragens sertanejas cearenses. Não se trata de uma questão isolada no tempo. De fato, aponta Barboza (2013, p.45), “Condições socioambientais contribuíram para a Província do Ceará fosse uma das mais afetadas em períodos de seca”.

Sobre o assunto, Gobbi (2015) escreve que a Caatinga caracteriza o sertão nordestino, cuja região apresenta uma relação direta com o clima semiárido, com os mais baixos índices de chuvas do Brasil. As plantas do Nordeste sertanejo são chamadas de xerófilas, por serem adaptadas aos ambientes de clima seco, possuindo as condições naturais de armazenar água

em seu interior, e muitas delas apresentam espinhos em substituição às folhas, o que possibilita maior economia de água em seu meio interno. Mas, sob uma leitura de Barboza (2013, p.45), “Do ponto de vista da organização social, a falta de chuva esteve e está associada à concentração da propriedade da terra e das fontes de água”.

Considerando os subsídios históricos da porção territorial cearense, pode-se afirmar que o século XIX se fez marcar pela continuidade de uma situação que abraçava o Nordeste quase em sua totalidade, com a predominância das condições desfavoráveis de vida, em especial para os que conviviam com a pobreza e a escravidão, conforme salienta Symanski (2008, p.75):

A pobreza do solo não permitiu o desenvolvimento das grandes fazendas monocultoras, centradas no cultivo e processamento da cana-de-açúcar, com base no trabalho escravo, a exemplo do que ocorreu na Zona da Mata nordestina. Portanto, as características ambientais do sertão fizeram com que seu aproveitamento pelo sistema colonial português adquirisse uma configuração nitidamente diferenciada daquela da região costeira, tendo sido basicamente utilizado para a pecuária extensiva, combinada com agricultura de subsistência, desde a sua penetração inicial pelos portugueses nos séculos XVI e XVII.

O que a referência textual em destaque apresenta é a desvantagem das possibilidades de desenvolvimento da porção regional em questão por conta de fatores naturais, mas também por uma insistente visão dominadora dos colonizadores desde as suas primeiras inserções no que passou a corresponder ao Sertão, em cujo território se encontra quase 100% do Ceará. Essa desvantagem continuou ao longo dos séculos de dominação portuguesa, a contar do século XVII, chegando ao século XIX com a quase inexistência de mudanças relevantes para a melhoria da vida do povo local. A data inicial apontada se aproxima dos indícios, pois Almeida (2012, p.5) ressalta que

O processo de ocupação e colonização da capitania do Ceará se fez tardiamente, quase 150 anos após o descobrimento da então colônia portuguesa e do início da exploração açucareira no litoral nordestino, ressalvadas as pontuais e frustradas tentativas anteriores. Dentro da ótica do empreendimento colonial luso, ela constituiu, a priori, um espaço sem riquezas imediatas para interesse do capital mercantil europeu.

O registro de Almeida (2012) apresenta sintonia com Symanski (2008) ao apresentar o tardio processo de ocupação lusitana do terreno cearense. Aquele enfatiza a data histórica, a

esclarecer que depois de 150 anos da chegada de Cabral é que o interior nordestino cearense recebeu os empenhos dos dominadores europeus. O outro referente escreve somente que “A ocupação do sertão do Cariri ocorreu a partir do interior, do rio São Francisco” (SYMANSKI, 2008, p.75). Em todo caso, ambos concordam com a realidade da pouca riqueza proporcionada pela Natureza local, como queriam os desbravadores portugueses.

Mas informações de grande relevância para o que intenciona esta organização textual monográfica trabalhar a respeito do homem cearense em sua busca por melhores condições de vida seguem no que diz respeito ao Ceará do século XIX, quando já se fala no referido século em pelo menos dois séculos de ocupação portuguesa.

2.1 Aspectos socioeconômicos

A situação do panorama econômico do Ceará no século XIX é resultado do que se começou a trabalhar em seu território ainda no século XVII, conforme registra o texto a seguir:

Com o avanço da cultura canavieira pela zona da mata nordestina, a pecuária, atividade complementar à produção da cana, foi deslocada para o interior nordestino, seguindo as margens dos rios que serviram de condutos para penetração do gado no semiárido. Esse mecanismo foi fundamental no processo de ocupação das capitânicas da Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte e Ceará, este último tendo as ribeiras do Jaguaribe, Acaraú e Ceará como principais rotas de entrada (ALMEIDA, 2012, p.5).

O que Almeida (2012) anota na fração textual acima condiz com o que se projetou para os espaços territoriais nordestinos, a saber, de se fazer deles endereços de reserva para a acumulação futura de capital, chamado em suas anotações de “fundo territorial”, mesmo não sendo o distinto escritor aqui em referência o autor da expressão. O processo foi igual em todos os territórios acima citados, entre os quais está o Ceará, com o manejo dos rios como pontos de apoio ao desbravamento do interior do Brasil, neste caso, do Nordeste do país.

Mas nem tudo se deu historicamente no Ceará dentro da órbita da pobreza e da ausência de olhar para as suas possíveis possibilidades de progresso socioeconômico, pois Lima (2014, p.90) apresenta um registro narrativo onde “transformações mais amplas sobre o Ceará [...] foram permitidas ainda no segundo quartel do século XIX, quando da Guerra de Secessão nos EUA, que obrigara este país [...] a deixar o mercado vazio”. O mesmo referente

deste parágrafo informa que “o Nordeste, particularmente, o Ceará, aproveitou a lacuna de produção, possibilitando a esta parte do Brasil ingressar no cenário exportador brasileiro, ao mesmo tempo em que adquire maior independência em relação ao controle das atividades econômicas” (Idem).

Segundo Lima (2014, p.90), o destaque agrícola da ocasião sobredita é o algodão, e “o ingresso do Ceará na dianteira da produtividade e competitividade internacional via produção algodoeira lhe rendeu muitos benefícios capitais”, pois conduziu o território cearense para o rumo do desenvolvimento do seu tempo, a exemplo dos investimentos em redes de transportes para a locomoção das riquezas até os pontos comerciais propícios.

É certo, contudo, que um ciclo econômico local, como o que Lima (2014) ressalta em torno do algodão não atinge a produtividade generalizada para acomodar no campo de trabalho toda a mão-de-obra ao dispor, inclusive, porque, se tratando do século XIX, existia a escravidão, que só teve a sua abolição em caráter oficial e nacional em 1888, sob a assinatura da princesa Isabel. E ainda importa a informação de que

Em 1877, Fortaleza, Província do Ceará, a “capital do pavoroso reino”, viu sua população multiplicar de aproximadamente 20 mil almas para mais de 100 mil, situação que colocou em xeque as tentativas de seguidos presidentes de província em manter o controle social por meio de diversas ações: frentes de trabalho (obras de estrada de ferro, calçamentos de ruas, construção e reforma de igrejas, praças, cadeias, câmaras), concentrações de retirantes em alojamentos improvisados fora dos limites da cidade e a concessão de passagens para fora da Província. Ao mesmo tempo, proprietários e comerciantes vendiam a última reserva econômica – seus escravos (BARBOZA, 2013, p.12).

A informação acima é uma contribuição oportuna de Barboza (2013) para que se possa ter uma noção da situação socioeconômica que cobria o Ceará da década de 80 do século XIX. Com as adversidades que se impunham sobre todas as camadas humanas da Província cearense, onde todos sentiam os problemas agravados com a seca de 1877, ao entender de milhares de cearenses da época, seria preciso encontrar alternativas para a busca de melhores condições de vida, e a migração para outros endereços econômicos se apresentava como uma possibilidade real e viável. Foi o que aconteceu, e em meio ao processo migratório enxergou-se, entre outras referências, a riqueza das seringueiras na Amazônia, que espalhava riquezas provindas do ciclo da borracha, e este atraiu pessoas de muitas paragens sul-americanas, movimentos mãos-de-obra também no território cearense.

A propósito, sobre a produção algodoeira, Nogueira (2009) escreveu:

O algodão, já conhecido dos índios, de início possuía pequeno cultivo, mas, com a demanda externa (provocada pela revolução industrial e pela guerra de independência dos EUA – 1774-83) houve uma grande expansão. A cotonicultura foi praticada não só em latifúndios, mas também em médias e pequenas propriedades, possibilitando o binômio gado--algodão. Pouco empregou a mão-de-obra negra. Fortaleza tornou-se o maior centro coletor da produção algodoeira interiorana, fato que contribuiu para consolidá-la como principal núcleo urbano do Ceará na segunda metade do século XIX. O auge do algodão cearense aconteceu durante a Guerra da Secessão norte-americana (1861-64). Também se desenvolveram no Ceará colonial as lavouras de subsistência, a exploração.

A porção textual de Nogueira (2009) a respeito da cotonicultura é confirmada em Lima (2014), como se lê nos parágrafos acima, nesta produção monográfica, sendo que ambos identificam um processo econômico já no século XIX dos subsídios históricos sobre o Ceará, quando as turbulências mundo afora contribuíram para que o território nordestino em questão tivesse a oportunidade de desenvolver uma forma de renda para o local, ainda que de forma tímida, por conta da relação de desigualdade entre os donos de terras e de tudo e os sem nada, como os escravos e os pobres de uma forma geral.

Além do algodão, Nogueira (2009) faz outros dois destaques econômicos do Ceará do Brasil Colônia e que se mantiveram durante o Período Imperial, a saber, a pecuária e as charqueadas. Sobre os destaques, ele escreve a respeito da pecuária que ela ganhou força e ocupou os sertões cearenses a partir do último quartel do século XVII. E ainda:

Para expansão pecuarista, contribuíram fatores como as vastas extensões, as abundantes pastagens, o caráter salino do solo, a própria facilidade na aquisição das sesmarias, a exigência de pouco capital para o estabelecimento das fazendas, além do fato de que, o gado, na hora da comercialização, dispensava as despesas com transporte, pois consistia num produto que se autotransportava - daí a afirmação segundo a qual o boi era mercadoria, transporte e frete. O símbolo maior da pecuária foi o vaqueiro [...]. A fazenda era a unidade econômico-social dos sertões, dominados pelos coronéis. A vultosa quantidade pecuarista opunha-se a diminuta população da capitania; a solução para tal, de início, foi a venda do gado, vivo, nas feiras de Pernambuco, Bahia e Minas Gerais. Nesses caminhos, o gado chegava abatido e sem valor, o que motivou o início da comercialização do gado abatido (NOGUEIRA, 2009, p.2).

O histórico pecuarista em relato no texto acima contribui informativamente para se ter um conhecimento de como se comportava o território que pertence hoje ao Estado do Ceará no que tange aos empenhos socioeconômicos, pois as produções influenciavam o povoamento

e a permanência humana não indígena nas paragens para as quais este trabalho acadêmico olha em sua intencionalidade. Nogueira (2009), conforme se lê na porção sobrescrita, enfoca a organização econômica e humana para apresentar o que aconteceu na formação do Ceará enquanto endereço de levantamento de produção e criação agropecuária.

O próprio historiador Nogueira (2009) ainda destaca sobre as charqueadas do século XVIII no Ceará que

Para o desenvolvimento do charque contribuíram os ventos constantes, a baixa umidade relativa do ar, a existência do sal, o grande rebanho da capitania e a necessidade de poucos recursos para instalação das oficinas de charque. As charqueadas possibilitaram uma divisão do trabalho e uma interpenetração comercial entre o sertão e o litoral; o surgimento de um mercado interno; o desenvolvimento de núcleos urbanos e uma diversificação da produção local, com o couro, sobretudo. O couro, por ser bastante usado pelos camponeses, fez surgir uma "civilização do couro". Do principal produtor de charque, Aracati, as oficinas propagaram-se para Acaraú, Sobral, Camocim e Granja. Dali a carne era levada para Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, onde serviria de alimento para pobres e escravos. No final do século XVIII, devido às secas (1777-78 e 1790 a 1793), à concorrência gaúcha e ao desenvolvimento da cotonicultura, o charque entrou em decadência.

O processo de trabalho econômico com o charque também é pecuário, e Nogueira (2009), conforme se expõe o texto acima, apresenta a organização comercial da carne salgada no Ceará, o período de valorização, mas também de decadência ainda no Período Colonial do Brasil. Nem se pode chamar de ciclo econômico, a não ser ao nível de região sertaneja, logo sem relevância o suficiente para alavancar a estrutura socioeconômica cearense de forma plena.

Como se lê nas informações ora em exposição, a cana-de-açúcar, o algodão e a pecuária foram processos econômicos insuficientes para trazerem para o povo do Ceará dos tempos coloniais e imperiais da história do Brasil melhorias de vida a ponto de mantê-lo em sua terra local. De fato, a saída do torrão natal para outras frentes de emprego e renda foi a única opção para muitos. No caso do triênio 1877/1879, inúmeros cearenses escolheram o território amazônico do Pará para pleitearem um melhor modo de vida.

De acordo com Barboza (2013), Fortaleza também recebeu milhares de retirantes que correram da seca e da fome da região sertaneja, aventurando trabalhos, socorros das políticas de governo para a assistência social, o que também gerou problemas por força de a capital da Província cearense não ter como assistir os imigrantes ali chegados. Não havendo outro

recurso, a viagem para a Amazônia se impôs como rumo imediato para quem não possuía nenhuma possibilidade mais de permanecer na terra natal.

2.2 A migração do Ceará para o Pará entre 1877 e 1879

O século XIX no seu todo tem em sua retrospectiva o processo de idas e vindas de pessoas nordestinas na luta pela sobrevivência na Amazônia do ciclo da borracha. Nascimento (1998, p.2) assim registra em suas anotações:

As migrações nordestinas para Amazônia sempre estiveram ligadas às questões de conflitos no campo, coincidindo com os períodos de seca, e os pequenos agricultores são os que primeiro sentem os efeitos da mesma. Além de serem a maioria da população rural sertaneja, eles não tinham alternativa a não ser migrar. Boa parte da bibliografia existente sobre o tema enfatiza que os nordestinos, principalmente os sertanejos, migram para outras regiões ou até mesmo para a capital em função das secas que assolam o sertão do Nordeste. O fenômeno da seca é usado como fator de entendimento da migração, e, com isso, esconde-se a questão fundamental, que é a estrutura fundiária nordestina, que vem ao longo de todos esses anos propiciando a expulsão de milhares de pessoas para outras regiões do País.

Sem redundância, a citação acima apresenta uma informação que faz parte de fatos momentos de reflexão e dissertação sobre os porquês de o Nordeste ser uma região de contínuas Diásporas no que diz respeito ao povo que em seu território nasce. Não obstante haver quem fale em sonhos dos viandantes nordestinos na ida para o desconhecido e sob a conformação do provável em paragens de fora, um relatório datado de 1878 expõe também o sentimento de tristeza dos migrantes à mercê da visão que se pôde ter da saída de cearenses para terras distantes apresenta um conteúdo reflexivo contundente sobre o histórico migratório, afirmando:

O abandono da terra natal, seja por qual for o motivo que o determine é sempre um ato doloroso para o coração imigrante e por isso deve supor-se que, somente à custa de um esforço supremo o homem consegue romper esse laço invisível que o prende ao torrão onde, pela primeira vez, viu a luz. Apesar desse sentimento natural, apesar dos trabalhos e incertezas do futuro que acompanham quantos vão procurar abrigo em terra estranha, a emigração cearense tem continuado sem interrupção.

Sem o afã da flexibilidade do texto acima, mas optando por uma visão mais historiográfica, Barboza (2013) serve de ajuda oportunamente para os intuitos desta

monografia, ao informar que na década de 1850 já havia a execução formadora de colônias agrícolas, entre outros locais, no Pará, sendo que as atividades extrativistas na época cresciam em detrimento dos empenhos e dos resultados da agricultura. O panorama socioeconômico paraense estava sofrendo claras transformações, não obstante “a forma assimétrica como o governo central tratava as províncias do Norte” (p.45).

Nacionalmente falando, o século XIX marcou o Brasil com muitas ocorrências políticas, sociais, culturais e econômicas. Além da expansão do café no Centro-Sul, que foi a maior referência de riqueza produtiva nacional, houve o ciclo econômico da borracha, como informa o registro narrativo de D’Agostini [et all] (2013, p.6) a respeito desse ciclo na Amazônia, território no qual se encontra o Pará:

O ciclo da borracha foi um importante momento da história econômica e social do Brasil. Esse período está relacionado com a extração e a comercialização da borracha. A borracha natural começou a ser extraída para exportação em 1827, como matéria-prima, e em 1840, Charles Goodyear criou o processo de vulcanização, que mais tarde viabilizou a produção de pneus. Com isso, houve um estímulo para a exportação da borracha natural, produzida em seringais da região amazônica. A imigração, em 1830, tornou-se presente, modificando o número de habitantes de Manaus que, após um período de intenso desenvolvimento, que durou cerca de 50 anos, chegou a 47.000 pessoas. Seu marco ocorreu na região amazônica, proporcionando a expansão da colonização. Tal fato acarretou grandes transformações socioculturais, formando vilas e povoados, na beira de rios, que depois se transformaram em cidades. Manaus, Porto Velho e Belém, entre outras, foram algumas das cidades que enriqueceram expressivamente durante o breve ciclo.

O trecho das anotações da referência bibliográfica em questão apresenta a síntese de como a região amazônica brasileira sentiu as mudanças promovidas pela extração do látex das seringueiras, atraindo pessoas para a nossa frente de geração de emprego e renda e fazendo da Amazônia uma nova fronteira econômica no Brasil do século XIX que, deste modo, ingressava no mundo em expansão econômico-tecnológica. Isso porque o pneu fabricado representava um novo tempo nos meios de transportes ciclo ou rodoviários. Fornecer a matéria-prima para tal objeto era uma forma de o Brasil participar do desenvolvimento e dos avanços que mexiam com o mundo desse tempo.

De acordo com Barboza (2013, p.55), a migração de cearenses para as províncias do Norte, nas quais há a inclusão do Pará, “poderia ser associada às potencialidades de proposta que a fronteira oeste oferecia: projetos de colonização, carência de trabalhadores nos cenários urbanos e rurais, posteriormente, a exploração dos seringais”. Mesmo assim, a considerar

1827 como o início da exploração da borracha natural, levou um tempo para que os cearenses corresse para a Amazônia em busca de ganhos financeiros, visto que, como D'Agostini [et all] registra na porção textual acima em destaque, o processo de exploração, divulgação e valorização do novo ciclo econômico se deu paulatinamente.

Já adentrando nos contextos históricos do Ceará da década de 1870, que é o que interessa a esta monografia, escreve Menezes (2006, pp.24, 25):

Analisadas as transformações em nível nacional, é preciso agora investigá-las em nível provincial. Por isso, abordar o Ceará na segunda metade do século XIX, e principalmente na década de 1870, é perceber as transformações pelas quais passou sua capital, Fortaleza, transformações essas que permitiram a ela a condição de principal cidade do Ceará a partir de 1850, aproximadamente. Na primeira metade do século XIX é clássica a disputa pela primazia urbana na província entre Fortaleza e Aracati – a primeira voltada para a insurgente economia agrícola, impulsionada pelo algodão, que marca a virada do século XVIII para o XIX e começa a modificar a economia da província como um todo, e a segunda voltada principalmente para a pecuária, desde o tempo da colônia.

O informe textual de Menezes (2006) apresenta um Ceará de litoral, em disputa de desenvolvimento entre Fortaleza e Aracati, portanto, terras próximas ao mar, sem que o território interiorano sertanejo percebesse a expansão econômica da capitania, depois da província e, posteriormente, do estado. O referido historiador confirma a força econômica do algodão e da pecuária já anotada com a ajuda de Nogueira (2009) e de Lima (2014).

Também é oportuno recorrer à informação de que

Durante o Primeiro Reinado observamos um refluxo da agricultura de exportação (algodão) e da pecuária, seguindo a tendência da economia brasileira, que passa por uma crise (1820-1840), devido à concorrência internacional. No caso do Ceará, ainda temos que contar com seca (1824-1826) e com a Confederação do Equador (1824), que reforçam os problemas locais. Mas a despeito disso, a política centralizadora do Primeiro Reinado privilegiou Fortaleza, a capital, em detrimento às outras localidades do Ceará, e a dotou cada vez mais de infraestrutura e poder governamental. Isso pode ser percebido pelo fato de Fortaleza ter conseguido implementar de forma mais efetiva o “controle da ordem política” e a “concentração do excedente econômico” da província sobre as vilas do interior (MENEZES, 2006, p.25).

Considerando o século XIX como assento temporal, esta última fração textual em destaque é tão somente a continuidade da informação do próprio Menezes (2006) a respeito

de a região do litoral cearense, neste caso, com especialidade a de Fortaleza, receber uma atenção socioeconômica que não chegava ao interior, fazendo com que o homem do Sertão tivesse que buscar meios de vida ou no sofrimento em convivência com a seca ou nas possibilidades de trabalho de que se ouvia falar no Centro-Sul e, posteriormente, na Amazônia.

É preciso, contudo, enfatizar que mesmo no século XIX o Brasil pouco tinha a oferecer no campo de trabalho remunerado, independentemente da região política ou socioeconômica que se venha falar. O dito século começou com o Brasil sendo ainda colônia portuguesa, passando a Reino Unido em 1815, a Império em 1822 e a República em 1889. A escravidão só acabou legalmente em maio de 1888. Portanto, o triênio 1877/1879 é um período monárquico-imperial, escravista, de um território brasílico onde os olhos do governo se voltavam mais para o Centro-Sul, destacando-se deste o Rio de Janeiro, as Minas Gerais e São Paulo, sendo o último por conta do café.

Num cenário como o do parágrafo acima, pouco importavam as movimentações do sertanejo em sua luta por sobrevivência. As políticas de governo quase nem chegavam. Nogueira (2009) registra que o coronelismo era quem dominava o Nordeste, trazendo para si os benefícios de uma relação política com o Governo Central, sem interesse de crescimento socioeconômico generalizado que lhe tirasse o controle sobre os escravos e os trabalhadores livres do seu tempo. A subordinação trabalhista e a vida de pobreza para a massa eram as ferramentas de poder dos coronéis, que, sendo latifundiários, faziam os trabalhos acontecerem ao seu modo, mantendo o domínio sobre a terra e os homens. A estes cabia a possibilidade de sonhar com um mundo melhor (CARDOSO, 2012), e isso era só o que poderiam fazer, incluindo-se aí o povo cearense, que sofria tanto quanto os demais habitantes da porção territorial do Polígono das Secas, a não ser que fossem atrás de vida em outras terras.

Assim, escreveu Cardoso (2012, p.69):

Rompendo vínculos, buscando outras terras, outros povos, enfrentando incertezas, os migrantes movem-se no rastro de possibilidades, de sonhos. O caráter movediço de suas vidas articula-se com a conformação de novas territorialidades, erigidas através do contato das vivências migrantes com outras maneiras de apreender o mundo, encontradas em seus destinos. A análise dos deslocamentos humanos deve levar em conta tal inter-relacionamento, presente na elaboração das experiências migrantes, de intervenções que incidem sobre os novos territórios.

O trecho acima em destaque referencial faz parte de um trabalho reflexivo do sobredito escritor justamente para retratar a situação migratória dos muitos cearenses que saíram da terra natal em direção à Amazônia no século XIX, e ele mesmo esclarece em seguida que “essas considerações podem ser compreendidas através do estudo do processo migratório de cearenses, rumo ao território amazônico na segunda metade do século XIX, cujas paragens foram invadidas por milhares de migrantes, conectados ao avanço do extrativismo” (CARDOSO, 2012, p.69).



Imagem 1: Retirantes da seca de 1877. Desenho especial de Percy Lau para o livro Geografia da Fome, de Josué de Castro 7ª ed., 1961.

Fonte: <<http://noamazonaseassim.com.br/tudo-sobre-o-ciclo-da-borracha-dos-primordios-ate-1920/>>. Acesso em 22. Jan. 2017.

Se o triênio 1877/1879 é a fração temporal proeminente desta monografia, é oportuno já anotar aqui que os imigrantes cearenses que chegaram ao território paraense nesse período vieram somente conviver com a decadência da borracha, pois a ostentação da riqueza retirada das seringueiras da Amazônia durou somente meio século, a contar de 1827.

D'Agostini [et all] (2013, p.9) presta os seguintes esclarecimentos sobre o ano e o tema aqui em organização monográfica:

Em 1877, para suprir a falta de mão-de-obra para a extração do látex, chega ao Amazonas uma grande leva de nordestinos, vindos com o sonho de enriquecer. No entanto, encontram condições adversas, como malária, ataques de índios e animais e a exploração de seringalistas, entre outras. Segundo alguns historiadores, cerca de 300 mil trabalhadores, entre nordestinos e outros participaram do ciclo da borracha, inclusive os japoneses, que, não se adaptando à extração da borracha, foram, após algum tempo, viver da agricultura, já que estavam adaptados a isso, no Japão.

O que se lê na porção textual ora em destaque é prontamente o que importa considerar neste trabalho acadêmico, a saber, o anseio de futuro dos nordestinos, entre os quais os cearenses, numa vida de trabalho e de geração de riquezas na Amazônia e a realidade que efetivamente o território das seringueiras tinha a oferecer. Não houve sintonia entre o que os migrantes nordestinos desejavam e planejavam e o que eles viveram de fato. Daí a razão de as anotações reflexivas aqui em considerações trazerem esse antagonismo na história migratória cearense para o Norte do Brasil na época em estudo pretendido nesta feita.

Sobre tal antagonismo, é importante aqui registrar que o tratamento para os imigrantes nacionais, como é o caso dos cearenses, davam aos senhores dos seringais uma visão de mercadoria com pouco valor. A considerar este particular, expõe-se o porquê dos tratamentos ruins para com os trabalhadores na Amazônia extrativista do Pará. Sobre isso, escreve Barboza (2013, p.130) que

Com as migrações associadas às secas, as elites paraenses tiveram interesse de utilizar as potencialidades oferecidas pelo trabalhador nacional, não obstante, a postura de incorporar “nacionais” estivesse ligada à frustração dos planos de receber em massa imigrantes estrangeiros.

A citada frustração dos senhores dos seringais e dos governos paraenses como um todo está no fato de que a segunda metade do século XIX no panorama nacional brasileiro, especialmente a partir de 1888, quando a Princesa Isabel assinou a Lei Áurea, declarando extinta a escravidão no Brasil, ganhou a voga de atrair pessoas de um mundo não africano, já que a relação de trabalho sofreu considerada alteração com o fim do regime escravocrata. O Centro-Sul do Brasil chamou mais a atenção dos estrangeiros que a Amazônia (BARBOZA, 2013), certamente, por estar na porção territorial brasileira mais próxima ou abaixo do Trópico de Capricórnio o cenário mais evidente de desenvolvimento. E ainda há o esclarecimento de que

[...] a chegada dos imigrantes cearenses representou sentidos ambíguos para as elites amazônicas. Os braços que contavam para a expansão da borracha e a retomada da produção agrícola pareciam estar garantidos. Mas sua presença não era desejável nos espaços urbanos, supostamente civilizados. A matriz do processo era mediada por elites que tinham uma visão arcaica de acumulação, valorizando a ostentação luxuosa em obras públicas, em detrimento da socialização de possíveis benefícios daquela conjuntura econômica momentânea. Desta forma, as vitrines supostamente desenhadas para atrair o imigrante europeu passaram a ser bombardeadas por

trabalhadores nacionais, aqueles que estavam montando o banquete, mas não foram convidados a sentar à mesa (BARBOZA, 2013, p.131).

O que Barboza (2013) apresenta no trecho citado garante a sustentação do que também escreveu antes Cardoso (2012) sobre os sonhos e as frustrações que os personagens da migração cearense sofreram no território paraense do século XIX. Mas os projetos frustrados foram de todos. As elites do Pará prepararam os atrativos para os estrangeiros, certamente, com o foco numa europeização no território amazônico. O que não aconteceu. Os trabalhadores nacionais chegaram à Amazônia com sonhos de adquirirem uma vida melhor e até de ajuntamento de recursos financeiros para um dia voltarem à terra natal. O que também não ocorreu. Estes receberam um tratamento similar ao da escravidão em vários aspectos. Aqueles tiveram que se contentar com a mestiçagem crescente, à medida que novos trabalhadores chegavam de várias partes do país.

3 O PARÁ E O CICLO DA BORRACHA DO SÉCULO XIX

O que hoje compõe o território estadual do Pará, de acordo com Tavares (2008) teve a sua história de ocupação europeia já no segundo decênio do século XVII. Segundo esta citada historiadora, durante o período em que Portugal e Espanha estavam sob um só governo (1580-1640), “a ocupação militar firmou-se com a ereção de pequenas embocaduras do rio Amazonas, com as fortificações, que representavam o poder militar portugueses e asseguravam a fundação de Belém, em 1616” (p.59).

Ao chegar ao século XIX, a Província do Pará é anfitrião já na terceira década de 1830 do movimento popular que passou para a história com o nome de Cabanagem. Sobre este movimento, importa a informação de que:

Suas motivações estão na década de 1830 do século XIX, o movimento era tratado relacionadas ao processo de Independência de como um movimento rebelde e imbuído de 1822, que não ocorreu de fato no Pará, dado a hegemonia dos portugueses na vida política e econômica da Província. O movimento teve influência das ideias republicanas, antiescravagistas e libertárias da Revolução Francesa; sendo que a proximidade da Guiana Francesa facilitava a circulação e o intercâmbio das ideias revolucionárias (TAVARES, 2008, p.64).

Paralelo ao movimento supracitado, o território paraense já despontava como um exportador da matéria-prima da produção de borracha, posto se tratar de uma porção da Amazônia rica em seringueiras, de onde se extrai o látex. Deste produto, as Províncias do Amazonas e do Pará viveram tempos de glória e de formação de elites instaladas em Manaus e em Belém.

Embora seja coerente levar em conta o registro de Barboza (2013) de que nem tudo na Amazônia era só seringal, interessa anotar nesta feita que já houve no capítulo anterior a informação de D’Agostini [et all] (2013, p.6) de que “A borracha natural começou a ser extraída para exportação em 1827” e que em 1830 já se percebia um aumento populacional na Amazônia patrocinado pela chegada de imigrantes de várias partes do Brasil em busca de ganhos a partir da extração do látex da seringueira, árvore amazônica de onde se tirava a matéria-prima para a produção da borracha.

Mas insiste Barbosa (2013, p.5), a saber, “Analisamos interferências exercidas por retirantes cearenses na composição de rotas migratórias em direção às províncias do extremo Norte [...]. Interpretamos repercussões das Diásporas da população cearense, [...] em

decorrência da seca”, apontando o referido doutor em História Social tanto para o trabalho de extração de látex como para outras atividades nas quais se ocuparam os imigrantes cearenses no terreno amazônico do Pará, sempre impondo ele o esclarecimento de que nem tudo na vida dos que vieram do Sertão para a Amazônia girou na órbita dos seringais.

Esclarecida a não exclusividade do trabalho extrativista nas seringueiras, importa agora informar que a riqueza da fonte econômica proveniente do extrativismo vegetal foi percebida ainda no primeiro decênio pós-1827 em Manaus e em Belém, respectivamente, a capital do Amazonas e a capital do Pará, novidade no panorama socioeconômico nacional do século XIX, posto que nesse período histórico, “o Brasil tinha como principal atividade econômica a cafeicultura” (NETO; DE PAULA, 2012, p.44) a qual se concentrava com uma presença mais intensificada na região Sudeste. Mas, mesmo antes do extrativismo vegetal com a exploração do látex, já havia nas províncias do Norte e Nordeste uma articulação comercial numa estrutura de exportação de mercadorias agropecuárias pela via marítima, confirmando relações econômicas no Brasil oitocentista.

Neto e De Paula (2012, p.45) ainda informam que com a junção da atividade portuária em Belém às exportações da matéria-prima da borracha,

[...] a partir do ano financeiro de 1845-1846 temos um saldo superavitário a favor do Pará, quadro esse que volta a se repetir em 1848-1849. Isso se deve em parte por conta do desenvolvimento da produção de borracha pela província que começou a ganhar notabilidade por volta da década de 40. Já em 1848 situava-se a participação do valor da borracha nas exportações em torno dos 24%. No período em questão, o cacau constituía-se principal gênero de exportação da província. Ao mesmo tempo, gêneros secundários quando comparados ao cacau e à borracha como a castanha, o café e o açúcar apresentaram também crescimento, não obstante tal ocorrer de forma mais significativa por volta da segunda metade da década de 1850.

As informações textuais do referencial teórico acima apresentam a riqueza econômica em âmbito de exportação no Pará, que chega à metade do século XIX numa crescente presença exportadora por conta de um conjunto de produtos extrativistas e agrícolas, mas já apontando o ciclo da borracha como responsável pelo crescimento exportador e gerador de divisas para a província paraense, tanto que já na segunda metade do século oitocentista, Neto e De Paula (2012, p.47) apresentam “São Paulo ocupando o primeiro lugar entre os principais exportadores brasileiros, seguido do Rio de Janeiro, à frente do Amazonas. O então já estado do Pará ocupa a quarta colocação”, segundo os escritores, já o potencial paraense “mostrando

que o seu grau de destaque no comércio com o estrangeiro, no início do século XX, derivou do auge do ciclo da borracha” (Idem).

Com as informações sobreditas a respeito do painel econômico paraense, destacando-se nele a riqueza da borracha, Neves (2008) expõe uma situação bem diferente no Ceará da segunda metade do século XIX. De acordo com as suas anotações,

No espaço conhecido como “semiárido brasileiro”, que corresponde a uma boa parte dos estados da Região Nordeste, e especialmente no Ceará, grupos de camponeses manifestam coletivamente sua insatisfação e revolta em momentos de escassez absoluta de alimentos e trabalho devido à seca. Desde a grande seca de 1877, essas multidões de retirantes invadem cidades, ameaçam populações e saqueiam mercados, armazéns, lojas de alimentos e instituições públicas em busca da superação da fome. Essas ações são o resultado da desigualdade que impera nas áreas rurais, onde os latifúndios contrastam com a pequena propriedade familiar e a agricultura de subsistência. A ira dos camponeses volta-se contra aqueles que se mostram indiferentes à sua penúria e ainda desenvolvem práticas comerciais abomináveis num contexto de escassez e fome – o monopólio, a venda por atacado para outras localidades e o livre aumento de preços, entre outras (NEVES, 2008, p.1).

As condições socioeconômicas desfavoráveis no território cearense, à luz das informações de Neves (2008), justificam a migração dos sertanejos em direção a outras paragens brasileiras, inclusive, dentro do ano de 1877, data que interessa diretamente a esta construção textual monográfica. Fatores climáticos, políticos, econômicos e sociais tangeram de muitas formas pessoas para fora do seu local rumo a lugares, como a Amazônia, onde as circunstâncias se mostravam, segundo as notícias que se espalhavam, mais promissoras. Mas o próprio Neves esclarece que

As ações das multidões de retirantes são esporádicas. Mesmo repetindo-se a cada período de estiagem, não obedecem a uma organização permanente, com direção e lideranças identificáveis. Com a repetição das secas, as informações circulam entre os camponeses e os motins se fortalecem como opção de atitude a ser tomada em tempos de escassez (NEVES, 2008, p.1).

Neto (2012, p.50) afirma a respeito no panorama sobredito que “a população pobre estava sufocada num contexto social no qual ela não tinha oportunidades e vivia em constante insegurança alimentar. E a migração surgia, portanto, como um caminho para a libertação de todos esses problemas”. Para os que ficavam em seu torrão, a única saída era a submissão às novas realidades de produção e crescimento exportador no Ceará, quando “os próprios

agricultores pobres haviam que empreender uma longa e penosa aprendizagem sobre as novas condições de uso das terras e sobre as mudanças no relacionamento com os proprietários e com as autoridades (NEVES, 2000, p. 51).

Assim, o Pará surge como um endereço de esperança para milhares de cearenses que fugiam da miséria e da fome. Mas tal esperança é vista em Neto (2012, p.30) por ângulo diferente, pois, de acordo com ele, “A migração foi um dos grandes problemas sociais da Província do Ceará no final do século XIX e começo do século XX”, isso porque impactou fortemente o contexto social local, promovendo mudanças em setores políticos, governamentais e comerciais.

Da mesma sorte, as mudanças políticas, governamentais e socioeconômicas aconteciam no território amazônico do Pará, mas por motivos bem diferentes do que se verificava na província cearense da época em questão, já que “À medida que aumentou a demanda externa por borracha, principalmente por parte da Inglaterra e dos Estados Unidos, cresceram enormemente as exportações de borracha” (NETO; DE PAULA, 2012, p.49), cujo espaço temporal “se verifica especialmente no final do século XIX e início do século XX” (Idem).

Apesar de até aqui as fontes bibliográficas apresentarem uma província paraense vivendo no século XIX em crescimento econômico, reconhecendo o ciclo da borracha como um responsável direto por esse beneficiamento para o território amazônico, do qual a Província do Pará sempre fez parte, “Ainda que surgisse para dar novo fôlego à economia da região amazônica, a borracha não possuía de início capacidade de reversão do panorama de crise, por ser matéria-prima de consumo industrial restrito e baixa capacidade de oferta interna” (NETO; DE PAULA, 2012, p.48). Mesmo assim, a borracha foi um pretexto decisivo para fazer do Pará um endereço econômico no Brasil do século oitocentista.

Cardoso (2012, p.69), estabelecendo uma ligação direta entre a exploração das seringueiras amazônicas, sob a consideração de que a Província do Pará participava da riqueza vinda do látex, e a migração cearense para tal fonte extrativista do século XIX, escreveu que

Em geral, são combinados três fatores explicativos que dão conta do processo migratório. O primeiro diz respeito aos interesses da indústria internacional, capitaneada por ingleses e norte-americanos que demandavam o látex, na época, somente extraído em terras amazônicas. A escalada ascendente do preço do leite das seringueiras, segundo tal argumentação, teria articulado a ida de milhares de pessoas à floresta, que necessitava de braços para responder à grande procura da matéria-prima. O cerne do

problema incidiria sobre a carência de mão-de-obra de um lado e a fartura de trabalhadores existente em outros lugares do Brasil (como no Ceará), que seriam atraídos pela alta de preços, fonte do encantamento de milhares de pessoas diante das possibilidades de enriquecimento.

Lê-se da porção textual de Cardoso que a visão de melhorias de condições de vida na Amazônia motivara pessoas de diferentes regiões do Brasil e, certamente, de outros países latino-americanos, a correrem atrás da nova fonte de riqueza que se apresentava à mão de quem fosse extrair látex para a ascendente produção industrial estrangeira, a qual se valia da matéria-prima exclusivamente da Floresta Amazônica para a garantia do produto que gerava a borracha.

O triênio 1877/1879, interesse desta monografia, foi de crescente retorno financeiro para a economia do Pará, assim como de toda a Amazônia, seguindo tempo adiante até o século XX, uma vez que “a importância da borracha nas exportações do Pará cresceu de tal forma que, em 1910, contava-se com [...] a magnitude da importância da borracha para as exportações da província” (NETO; DE PAULA, 2012, p.49). Tanto que “Se esta em 1838 não representava mais do que 16,6% do total das exportações regionais, em 1910, chegou a expressivos 95,39%” (Idem).

Com o sobrescrito crescimento exportador, “A partir da segunda metade do século XIX o quadro de estagnação econômica do Pará começa a mudar” (TAVARES, 2008, pp.64,65). Mesmo com a força dos seringais, porém, a região amazônica não enriqueceu de forma generalizada, uma vez que o resultado áureo do poder aquisitivo advindo da borracha manteve seu endereço em proporção significativa apenas nas cidades de Belém, na Província do Pará, e de Manaus, na Província do Amazonas.

3.1 Belém do Pará e o ciclo da borracha

O Pará oitocentista com a sua porção territorial amazônica tem uma atenção muito diligente de Barboza (2013) no que toca à presença dos retirantes cearenses, entre outros, especificando que o processo migratório se intensificou na Amazônia a partir do século XVIII, fortificando-se no século XIX, chamando a atenção para o fato de que os aspectos demográficos da Amazônia de então “foram omitidos por uma historiografia que valorizava o lugar do índio na sociedade colonial e dos imigrantes nacionais ‘livres’ ou estrangeiros na passagem do Império para a República” (pp.186,187).

Mas, tratando-se de Belém, por ser a capital da província paraense e com localização geográfica dentro dos parâmetros do desenvolvimento viário marítimo, sendo o sistema portuário a melhor opção de intercâmbio de importação e exportação de produtos antes da disseminação de rodovias asfaltadas para escoamento de safras e de outros objetos de carregamento, Belém sentiu a riqueza vinda da borracha nos decênios em que o látex garantia a geração desta riqueza. “As exportações de borracha deram um salto impressionante, sempre em ascensão desde a década de 1820 até a virada do século” (CROCE, 2015, p.4), fazendo de Manaus (Amazonas) e de Belém (Pará) duas grandes receptoras dos enriquecimentos por conta dos trabalhos extrativistas da Floresta Amazônica.

É fato que o ciclo da borracha “revolucionou a economia e o modo de vida na Amazônia. Principal porto de exportação da mercadoria, Belém enriqueceu e ganhou ares de cidade europeia” (ZENTI, 2006, p.1), e ainda segundo o texto que segue,

Viver em Belém no fim do século 19 era coisa chique. No porto da cidade, atracavam navios abarrotados de queijos franceses, vinhos portugueses, vestidos italianos e serviços europeus – como as requisitadas costureiras belgas. A cultura fervilhava, com exposições e espetáculos de música lírica. Inspirada no luxo da *Belle Époque* (a “bela época” que marcou a economia e as artes da França antes da Primeira Guerra), a capital paraense orgulhava-se de apelidos como “Paris Tropical” (Idem).

O estilo europeu da cidade de Belém no século XIX era uma forma de ostentar o resultado do enriquecimento patrocinado pela extração do látex, cujos frutos se faziam perceber pelas várias mudanças na capital da Província do Pará, inclusive, nos hábitos das pessoas que se beneficiaram com a riqueza extrativista.

Zenti (2006, p.1) ainda registrou que

O Ciclo da Borracha mudou a aparência da cidade. “Os governantes e a elite queriam que Belém fosse cópia de Paris e Londres e reproduzisse esteticamente essas capitais”, diz o historiador Figueiredo. Ruas foram alargadas, surgiram grandes edifícios e Belém ganhou água encanada e luz elétrica. “Com a reforma urbana, hábitos tradicionais foram empurrados para o interior”, afirma. Viver em Belém ficou caro. A alta procura por residências e a grande quantidade de dinheiro circulando fizeram com que a especulação imobiliária corresse solta – em 1884, o cônsul dos Estados Unidos no Pará chegou a dizer que a cidade era “a mais dispendiosa do mundo civilizado em termos de moradia”. A elite da borracha não via problema nisso. Nem em cultivar hábitos como mandar engomar roupas em lavanderias de Lisboa e importar patins – que eram usados no gelo durante férias em países frios.

Os registros supracitados a partir das anotações de Zenti (2006) são descrições de uma Belém tomada pela nova realidade que as seringueiras proporcionaram. Por quase um século de glória do ciclo da borracha, a cidade principal do território paraense desfrutou do melhor que pôde atrair para si no empenho de uma europeização, e esta impôs novas organizações na imagística urbana belenense.

Na mesma percepção de Zenti (2006), Lisboa (2014, p.3) aponta o progresso de Belém advindo da riqueza propiciada pela borracha, mas ressaltou que “As novas relações instauradas na capital Belém excluíram classes sociais marcantes na região amazônica e formou novas classes: elitista, comerciante e marginalizada”. E também:

No entanto a exclusão não é no sentido de extermínio, mas de segregação espacial na própria capital, sendo que, a classe marginalizada tem além de nordestinos, os caboclos e indígenas, que se transformaram em “soldados da borracha”, para atender o mercado internacional. A capital Belém destaca-se em relação a Manaus, no aumento considerável da população. Essa análise reforça a constatação de que a primeira teve um índice de mazelas sociais mais fortes, resultado de seu crescimento populacional que não esteve ligado ao desenvolvimento estrutural da cidade, neste sentido a falta de políticas públicas para essa população gerou problemas atuais para a região amazônica.

A ressalva de Lisboa (2014) faz muito sentido para o que intenciona refletir esta monografia, posto que as suas anotações chamam a atenção para a verdade de que nem todas as pessoas que habitavam o Pará do século XIX, inclusive, os milhares de trabalhadores na extração do látex, sentiam em suas condições socioeconômicas a riqueza advinda do ciclo da borracha. Este privilégio estava reservado aos que detinham o controle da extração, latifundiários ou grileiros, que compuseram a nova modalidade de elite no terreno amazônico, no qual se encontrava a Capitania do Pará. E é de Lisboa que vem a informação de que

Progresso está sendo colocado como um mito, pois se trata do crescimento econômico, que alterou toda uma estrutura social de forma exterior aos sujeitos nativos, detentores dos conhecimentos primários do tratamento com a borracha, que não os trouxeram benefícios de caráter social, que o foram aos grandes industriais. A crescente demanda por mercado do produto da borracha serviu de motivo para que as desigualdades sociais aumentassem, com as migrações nordestinas para a região (LISBOA, 2014, p.2).

O informe dissertativo de Lisboa importa no que diz respeito ao fato de que a extração do látex só foi novidade econômica do século XIX amazônico pela razão dos tempos industriais que chegaram com o uso de objetos que tinham em sua fabricação o emprego da borracha, posto que a prática extrativista desse líquido saído das seringueiras já existia até antes de 1500, data esta que marca a chegada da esquadra portuguesa chefiada por Pedro Álvares Cabral. E também, tratando-se do século XIX,

Toda a riqueza do período deve-se ao fato de a Amazônia ser praticamente o único lugar do mundo com produção de borracha. Como a demanda mundial pelo produto estava em constante aumento devido, principalmente, ao desenvolvimento da indústria automobilística, as exportações só aumentavam. (OLIVEIRA; TRINDADE; MACHADO, 2012, p.11).

O que a tríade referencial apresenta no texto acima esclarece a visão econômica dos tempos da modernização industrial em larga produção de bens de consumo advindos da Segunda Revolução Científica e Tecnológica do século XIX, da qual o país brasileiro participou na condição de fornecedor de matéria-prima para os países industrializados, principalmente Estados Unidos e Inglaterra, que historicamente foram os que desenvolveram mais insistentes relações políticas e econômicas com o Brasil, conforme lembram Neto e De Paula (2012). E os detentores da porção paraense da riqueza das seringas pareciam satisfeitos por serem apenas fornecedores, não demonstraram vocação para industrializar Belém, o que certamente se tornou este um aspecto a contribuir com a decadência da região depois que a Amazônia deixou de ser exclusividade no fornecimento de material para a indústria da borracha.

À luz de Lisboa (2014, p.2), ressalte-se que “As capitais Belém e Manaus são até hoje referências na região amazônica, que seus esplendores foram, usando termos marxistas, meios de apropriação do trabalho e dos saberes tradicionais reformulados para o mercado”. No entanto, enfatiza o referido historiador, “Os resultados apresentados desenvolveram-se no âmbito progressista, apenas no sentido ideológico, em vez de considerar uma realidade social”. E neste particular, Zenti é mais incisivo:

Na outra ponta do mercado da borracha não havia nem luxo nem glamour. Armados de facão, vestindo roupas simples e carregando alimento suficiente apenas para não morrer de fome, lá iam os seringueiros se aventurar na mata atrás da goma elástica. Expostos a um calor intenso e a uma série de doenças, eles passavam meses isolados na selva fazendo o trabalho braçal da extração do látex. Mesmo em áreas onde a seringueira era abundante, era

muito raro encontrar uma árvore próxima da outra. Isso forçava o seringueiro a percorrer, todos os dias, grandes percursos para conseguir uma produção considerada bastante baixa (ZENTI, 2006, p.1).

A situação dos seringueiros era contraposta ao glamour no qual viviam os barões da borracha nas cidades amazônicas, com especialidade Manaus e Belém. A europeização já referida noutros parágrafos em relação às duas cidades sobrescritas intensificou as diferenças de realidade entre os que de fato exploravam o seringal e os que desfrutavam das riquezas por ele proporcionadas. E vale a pena considerar ainda em Zenti (2006, p.1) que

A comida de que os seringueiros precisavam era fornecida, a crédito, pelo seringalista, o dono das terras cultivadas. Os preços, sempre muito altos, geravam uma dívida eterna para os trabalhadores, que usavam praticamente todo o salário para pagá-la ao patrão. Mas o seringalista também tinha suas dívidas, adquiridas para manter os hábitos luxuosos comuns na elite de Belém. Tudo o que ele consumia era comprado do aviador – uma figura emblemática da época, que seria uma mistura de comerciante com agiota. Na Amazônia, a expressão “aviar” se tornou sinônimo de vender mercadorias a crédito. “O aviador fornecia comida, roupas e objetos ao seringalista, que, passado um tempo, quitava suas despesas pagando com a borracha”, diz Aldrin Figueiredo. Era o aviador que negociava a borracha com as casas exportadoras, antes que a mercadoria fosse embarcada para a Europa e os Estados Unidos.

O intercâmbio comercial desde o seringal até a indústria estrangeira, pelo que infere o texto destacado, passava por uma rede de exploração humana ao mesmo molde de uma cadeia alimentar, onde um ciclo de predadores subsistia à base de espécies menores. Neste caso, os mais explorados eram, efetivamente, os seringueiros, posto que os seringalistas tirassem dos trabalhadores nas seringas o sustento do luxo na relação com os compradores do látex.

3.2 Os imigrantes cearenses no Pará do século XIX

Tudo o que está em anotação nos capítulos anteriores, neste texto monográfico, interessa ao que de intencionou a temática abordada a respeito dos imigrantes cearenses no Pará da segunda metade do século XIX, enfatizando o triênio 1877/1879, período este em que a borracha fazia riquezas e ostentações na Amazônia, cujo contexto socioeconômico da época referida se espalhou em notícias e atraiu pessoas de muitos pontos do Brasil e da América

Latina, em especial, famílias que sofriam com situações financeiras desfavoráveis em sua terra natal.

Inúmeros sertanejos cearenses viajaram para a mina extrativista amazônica na esperança de também poderem viver em melhores condições de vida, caso enriquecessem à custa do leite que fluía das seringas, cujo processo de sonho com tal possibilidade e partida da terra natal já foi registrado acima em Cardoso (2012, p.69), quando escreveu: “rompendo vínculos, buscando outras terras, outros povos, enfrentando incertezas, os migrantes movem-se no rastro de possibilidades, de sonhos”.

Não demorou muito, porém, para que a realidade se mostrasse bem diferente do que os aventureiros cearenses fantasiaram com base nas notícias que se espalhavam Amazônia afora. Todos os textos destacados em parágrafos anteriores a partir das referências de Zenti (2006), quando descrevem a situação dos seringueiros nas matas florestais amazônicas, estão falando também dos que vieram da Capitania do Ceará em busca de uma vida melhor, encontrando nos seringais uma condição sub-humana de trabalho e cuidado de si e da família. Uma semiescavidão ou até uma escravidão plena, posto que o endividamento dos trabalhadores os forçava a ficar nos trabalhos e os tornava alvos de cuidados dos seringalistas, que contratavam pistoleiros para vigiarem os que tivessem a intenção de fugir sem quitar os débitos com o patrão.

Marinho (2013, p.28) registra que “Os retirantes nordestinos levavam até três meses para chegar ao seringal e os que chegavam eram entregues aos patrões”. E também “a tropa, até então de ‘soldados’ em formação unida, se dissolvia e os seringalistas passavam a fazer a escolha dos homens mais fortes e melhores”. Nesta realidade, “Todos se separavam, as velhas ou novas amizades terminavam ali e as preocupações redobravam, daí para frente o que valia mesmo era a fala do patrão. Ao chegar ao seringal, todos os soldados nordestinos da batalha da borracha, estavam em uma condição análoga à de escravos”, escreve o referido historiador a respeito dos seringueiros na Amazônia como um todo, incluindo-se, então, o Pará. E Ainda:

[...] com relação ao desempenho de papéis que o indivíduo representa na sociedade, podemos dizer que desde a chegada ao seringal, ou mesmo antes disso, ambos os atores seringueiro e seringalista parecem representar papéis o tempo todo. Cada um à sua maneira é como que solicitassem de seus interlocutores que levassem a sério a realidade que se descortinava à sua frente: o seringal e a extensão da seringa na selva amazônica. Nesta representação de papéis o seringalista sustenta o discurso que seu seringal possui milhares de seringueiras que dão muito leite e isso vai significar riqueza rápida para o seringueiro em pouco tempo, o que não é verdade, e o seringueiro o informará que já possui bastante informação a respeito do

processo de extração do látex e confecção da borracha, que não teme o desconhecido e possui garra para enfrentar qualquer obstáculo, que está preparado para o trabalho. Este discurso não é de todo verdadeiro (MARINHO, 2013, p.28).

A necessidade de trabalho dos que chegam à Amazônia, movidos pelo sonho de riqueza por meio da retirada do látex dos seringais, impulsiona os trabalhadores a demonstrarem coragem e preparo perante os que podem lhes fornecer o trabalho buscado, ainda que as suas demonstrações não condigam com o que eles realmente teriam a ofertar como mão-de-obra. Tamanha necessidade, somada ao fato de eles já terem deixado para trás o torrão onde nasceram, expõe esses aventureiros à má-fé dos seringalistas que, veteranos na exploração humana, enganam os pretensos seringueiros com a reafirmação do discurso de riqueza e melhoria das condições de vida à medida da exploração do seringal, justamente o que atraiu os trabalhadores vindos para a Amazônia.

No contexto humano da relação entre seringalista e seringueiro é que a história mostra a situação dos imigrantes cearenses na Capitania do Pará no período que corresponde ao ciclo da borracha. Eles foram, em sua maioria significativa, excluídos dos benefícios advindos da riqueza patrocinada pelo látex, uma vez que dela só se beneficiou uma minoria formada por empresários e elites políticas, conforme lembra Lisboa (2014).

A partir da leitura de Nunes (2009), tem-se a percepção de que os cearenses, assim como outros sertanejos do Norte, ficaram sem opções no sentido de buscas por geração de emprego e renda. Além de outras dificuldades advindas das políticas sociais e econômicas do Império para o Sertão do século XIX, as adversidades climáticas impuseram um agravamento da miséria em 1877, por conta de uma grande seca. Assim,

Os problemas provocados pela seca de 1877 nas províncias do Nordeste do Brasil exigiam uma intervenção mais objetiva do governo Imperial. Por intervenção objetiva se entendia não apenas o envio de alguns socorros, principalmente alimentação e remédios, para as áreas atingidas pela escassez de chuva; mas que parte dessa população fosse encaminhada para outras regiões do país, principalmente a Amazônia. A intenção das autoridades brasileiras era, ao menos tempo em que promovesse o socorro a estas populações, criar condições para que não mais dependesse do auxílio do governo (NUNES, 2009, p.1).

O texto de Nunes é de forte contribuição para a intencionalidade desta discussão teórica a respeito da migração de cearenses para a Amazônia do século XIX, precisamente o Pará. O escritor tanto apresenta o ano que importa a esta monografia como a situação em que

viviam os sertanejos no ano de 1877 como ainda a entrada do governo imperial para o êxodo em relação ao espaço da ida do Sertão para o território amazônico. Se por conta própria, muitos cearenses já estavam na luta pela vida nas paragens amazônicas, com o incentivo do governo, mais famílias partiram em busca do ouro lácteo das seringas.

Nunes (2009, p.3) também aponta que

[...] os retirantes, considerados as vítimas mais diretas da seca, pois eram obrigadas a abandonar as suas terras, espalhavam-se não apenas pelas cidades das províncias afetadas pela escassez de chuva, mas também foram pensados para ocupar outras terras do país; tendo com exemplo a Amazônia, idealizada como espaços de prosperidade e riqueza.

O texto acima confirma a visão que o ciclo da borracha espalhou mundo afora a respeito da Amazônia como um endereço de riqueza e de melhores condições de vida, especialmente, para quem nada mais tinha a ganhar num território sertanejo, semiárido, com situações agravadas pela seca, à mercê das políticas sociais do governo imperial, como era o caso dos que viviam nas então capitânicas da porção territorial brasileira a ser chamada de Nordeste, onde bem no meio do território se encontra o Ceará.

Assim, a Capitania do Pará, certamente, por representar uma distância menor do Ceará, se comparada à do Amazonas, passou a ser o rumo de muitos retirantes do Sertão cearense que para o território paraense migraram, ora levados pelo sonho de ganhar dinheiro e voltar à terra de onde partiram, ora obrigados pelas adversidades locais, que não lhes deixaram escolhas. Estes, já em território paraense, passaram a ser “chamados de ‘cearenses’ ou simplesmente de ‘flagelados’, numa tentativa de homogeneizar as múltiplas vivências desses homens, mulheres e crianças” (LACERDA, 2006, p.8).

As representações descritivas da vida migratória dos cearenses em sua luta por melhores condições de vida não se limitaram aos apelidos que eles ganharam em solo paraense, em absoluto. Moraes (2003, p.271) anota que “Se muitos trataram da migração cearense, poucos criaram conceitos para designar especificamente a condição migrante desses sertanejos”. E prossegue “Devemos ao historiador do Instituto Histórico Cearense, Raimundo Girão, a criação do termo “cearensismo”, atribuído como um traço íntimo definido pela “inconstância nomádica” que naturalmente compõe a cultura dos cearenses”, neste caso, o vaivém dos cearenses nos processos migratórios.

Santos (2009) considera o cearensismo no Pará a partir da presença de tantos imigrantes provenientes da Província do Ceará na segunda metade do século XIX, quando

estes viveram ou mudando de lugar por conta do extrativismo na floresta ou em instalações de colônias agrícolas. Os vaivéns contribuíram para a criação de conceitos caracterizadores dos imigrantes cearenses na Província do Pará.

Aproveitando a chegada dos sertanejos, “a implantação dos núcleos coloniais e o consequente povoamento destes, sobretudo com migrantes nordestinos, era realizado com os mesmos objetivos pretendidos pelos presidentes provinciais” (p.1), que era o de transformar o território paraense numa porção desenvolvida do país através de grãos. E também fazer do Pará, com destaque para a região de Bragança,

[...] um celeiro de produtos agrícolas que pudessem abastecer os mercados de Belém, também buscavam consolidar a prática agrícola na região, como uma alternativa ao extrativismo, que absorvia grande parte da mão-de-obra e tornava o estado dependente da importação de diversos produtos agrícolas dos estados vizinhos, como do Maranhão, por exemplo, de onde era importada farinha de mandioca. O grande problema do extrativismo estava no fato dessa modalidade econômica não fixar as pessoas na região, pois ficavam sempre em constante mudança por novas áreas de exploração (SANTOS, 2009, p.2).

À luz da informação textual de Santos (2009), interpreta-se que tanto o extrativismo a partir da exploração das riquezas naturais da Amazônia, sendo entre elas durante grande parte do século XIX esteve em destaque o látex, como a produção agropecuária desfrutaram dos interesses de quem detinha o poder político, econômico e latifundiário das terras paraenses, sendo para estes o foco nos retirantes que chegavam, a fim de que se recrutassem trabalhadores nas colônias agrícolas. Os cearenses, por sua vez, assim como outros inúmeros imigrantes de distintas paragens, chegaram com os propósitos extrativistas.

Para Lacerda (2006, p.19), o imigrante cearense “aparece como uma vítima do meio natural ou com certa ingenuidade”, e este aspecto serviu de muitos contratemplos para os seus planos de ganhar melhores condições de vida fora do seu torrão natal. Muitos, além da evasão para pontos desconhecidos, ainda foram enganados por organizações dos desterrados, sofrendo de imediato o processo de continuidade da vida miserável que a partir da viagem apresentava outras faces.

Uma realidade a se expor nos jornais do século XIX (LACERDA, 2006), com intuito de atrair pessoas para os trabalhos extrativistas e agropecuários em solo paraense, contribuía para a chegada de personagens da migração da época, onde particularidades dos resultados dos trabalhos na lavoura, por exemplo, traduziam a imagem de progresso.

Para os cearenses e, certamente, para os demais sertanejos do Nordeste brasileiro, a paisagem amazônica se mostrou bem diferente da que a vegetação sertaneja sempre teve a

apresentar como resultado constante do Polígono da Seca. “O sertão do Nordeste é ambientalmente caracterizado como de solos rasos e pedregosos e chuvas escassas e mal distribuídas com vegetação da caatinga” (SYMANSKI, 2008, pp.74,75).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O triênio 1877/1879 no assunto que trata da migração cearense para as terras amazônicas da Província do Pará não é o único período da história do Brasil em que o êxodo do povo sertanejo cearense para a Amazônia paraense aconteceu. Mas é uma fase de movimentações na relação Norte-Nordeste diante da seca que se abateu sobre o Sertão nordestino em geral e da possibilidade de trabalhos com o então ciclo da borracha.

A partir do título na expressão *A hidra cearense* e do subtítulo *Rotas de retirantes e escravizados entre o Ceará e as fronteiras do Norte (1877-1884)*, Barboza (2013) em sua tese de doutorado em História Social elabora importantes construções textuais com base em pesquisas bibliográficas a respeito dos migrantes cearenses rumo ao oeste da Província do Ceará, lançando mão dos subsídios cronológicos a começar de 1877.

Esta monografia dedicou uma atenção importante ao trabalho de Barboza (2013), mas recorreu a outras fontes bibliográficas, para apresentar uma discussão teórica sobre a migração cearense sob a identificação do tempo e do local acima já referido.

Houve um empenho direto em torno dos objetivos propostos para as anotações feitas aqui, neste trabalho, que se fizeram em analisar os fatos históricos que marcaram o triênio 1877-1879 em relação aos migrantes cearenses rumo à Capitania do Pará, por conta do período econômico que ficou conhecido como o ciclo da borracha.

Os conteúdos textuais intencionaram refletir a partir das pesquisas bibliográficas sobre as condições de vida na ida e na vivência dos migrantes cearenses em solo amazônico na porção paraense da década de 1870 e estabelecer um conhecimento socioeconômico do Ceará do século XIX perante o panorama nacional do biênio sobredito.

À medida que as interpretações das referências bibliográficas, as citações de pesquisadores do assunto em questão e as próprias considerações de quem registra a autoria desta construção textual-acadêmica foram acontecendo, os objetivos propostos ganharam coerência com que se informou sobre as condições de vida dos migrantes cearenses tanto no sofrimento da miséria e do atraso socioeconômico no torrão natal como na estada em terras paraenses nos trabalhos da extração do látex das seringueiras em prol do mercado da borracha nos decênios finais do século XIX.

Se há uma produção informativa satisfatória no tema sobredito e na intencionalidade do debate teórico de acordo com ele, este resultado monográfico sustenta a sua relevância reflexiva com o foco nos registros da história, sendo que esta respeita os fatos e as

circunstâncias dos acontecimentos que marcam uma referência geográfica e um povo em sua luta pela vida, como foi o histórico migratório de cearenses para a Floresta Amazônica, atraídos pela riqueza do ciclo da borracha.

Assim, acadêmicos de todas as situações de estudo da História dedicam tempo para as pesquisas sobre o processo migratório no Brasil oitocentista de uma forma geral, mas eles mesmos se ocupam do conhecimento sobre os que protagonizaram os trabalhos nos seringais amazônicos, para onde milhares de cearenses se dirigiram, entre outras datas, no triênio 1877/1879, fugindo da seca no Sertão, da fome e da miséria, ao passo que perseguiam melhores oportunidades das quais tomavam conhecimento, mesmo que, ao chegarem ao local pretendido, a realidade se mostrasse tão hostil, como aconteceu nas terras do Pará, endereço de atenção deste texto acadêmico.

Vale a pena esclarecer que a questão da escravidão negreira ainda presente no panorama histórico e social brasileiro do biênio acima referido não foi objeto de interesse desta monografia, embora tenha estado nas preocupações de Barboza (2013). O foco esteve por todo o conteúdo textual fito na migração cearense e no seu trabalho em solo paraense dentro dos seringais da Amazônia.

O que continua a partir das reflexões aqui propostas é a inquietação sobre a história desse povo sertanejo a percorrer mundo na luta constante por sua sobrevivência fora do terreno de origem. O tempo passa, mas não apaga a veracidade dos fatos que marcam uma situação como a que está nas narrativas dos tratos com os migrantes no território da então Província do Pará do século XIX. Foi do que se ocupou esta monografia.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Humberto Marinho de. **Políticas Públicas, Governo e Desenvolvimento Práticas espaciais, gestão seletiva e o desenvolvimento territorial no Ceará.** Teresina: UFPI, 2012.

BARBOZA, Edson Holanda Lima. **A hidra cearense: Rotas de retirantes e escravizados entre o Ceará e as fronteiras do Norte (1877-1884).** São Paulo: PUC-SP, 2013.

CARDOSO, Antônio Alexandre Isidoro. **Nem sina, nem acaso: a tessitura das migrações entre a Província do Ceará e o território amazônico (1847-1877).** Fortaleza: UFCE, 2011.

_____. **Os migrantes cearenses e o horizonte amazônico no século XIX.** Revista de História, Ano 4, Edição 1, 2012.

CARVALHO, Reinaldo Forte. **Elites, poder e fortuna: família e sociedade no Ceará do século XIX (1850-1890).** Fortaleza: UECE, 2009.

CROCE, Marcos Antônio. **A economia do Brasil no século XIX.** XI Congresso Brasileiro de História Econômica – Vitória – ES. Disponível em <http://www.abphe.org.br/arquivos/2015_marcus_antonio_croce_a-economia-do-brasil-no-seculo-xix.pdf>. Acesso em 10. Jul. 2016.

D'AGOSTINI, S., et all. **Ciclo econômico da borracha – seringueira Hevea Brasiliensis (HBK) M. ARG.** Páginas do Instituto de Biologia de São Paulo, v.9, n.1, jan./jun., 2013.

GOBBI, Leonardo Delfim. **Domínios morfoclimáticos.** Site Educação – Geografia. Disponível em <<http://educacao.globo.com/geografia/assunto/geografia-fisica/dominios-morfoclimaticos.html>>. Acesso em 18. Jun. 2016.

LACERDA, Franciane Gama. **Migrantes cearenses no Pará: fases da sobrevivência (1889 – 1916).**

LIMA, Juscelino Gomes. **Nova representatividade no Sertão cearense: políticas públicas e organização do espaço urbano na cidade de Sobral/CE.** Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais, V.3, N.1. Recife: 2014.

LISBOA, João Santiago. **Belle époque amazônica: a apropriação dos saberes nativos e o mito do progresso.** Belém: UFPA, 2014.

MARINHO, José Lino do Nascimento. **Seringueiros do Médio Solimões: fragmentos e memórias de vida e trabalho.** Manaus: UFAM, 2013.

MENEZES, George Rocha. **Lutas políticas e crise social: a elite política cearense na década de 1870.** Fortaleza: UFCE, 2006.

MORAIS, Viviane Lima de. **Representação do migrante: o cearense e a questão do nomadismo no século XIX.** Projeto História. São Paulo, 2003.

NASCIMENTO, Maria das Graças. **Migrações nordestinas para a Amazônia**. REVISTA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E MEIO AMBIENTE- Nº 12, Vol. II, 1998.

NETO, Edgar Braga. **Emigração cearense entre 1888 e 1915: sentidos, controle e configuração social dos migrantes**. Fortaleza: UFC, 2012.

_____, Ivaldo Guimarães; DE PAULA, Ricardo Zimbrão. **O comércio marítimo no Pará do século XIX**. Caderno de Pesquisa. São Luís, v. 19, n. especial, jul. 2012.

NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história: saques e outras ações de massa no Ceará**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

_____. **Invasão de famintos**. Site Revista de História.com.br. Disponível em <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/invasao-de-famintos>>. Acesso em 10. Jul. 2016.

NOGUEIRA, Pérysson. **Economia cearense na Colônia**. Site História Fácil. Disponível em <<http://histfacil.blogspot.com.br/2009/08/economia-cearense-na-colonia.html>>. Acesso em 19. Jun. 2016.

NUNES, Francivaldo Alves. **Interesses e sentimentos caritativos nas ações de filantropia no Brasil** (Caso da seca de 1877). Revista Brasileira de História & Ciências Sociais Ano I - Número I - Julho de 2009.

OLIVEIRA, Wesley Pereira de; TRINDADE, José Raimundo Barreto; MACHADO, Nathália Menezes. **Borracha, Nordeste e floresta: A economia e a sociedade amazônica nos dois ciclos Gomíferos**. Cadernos Cepec, Belém/PA, v. 1, n. 1, fev. 2012.

SANTOS, Francisnaldo Sousa dos. **Imigração e colonização no limiar da República: considerações sobre o processo de implantação dos núcleos coloniais do Pará**. Manaus: FIBRA, 2009.

SYMANSKI, Luís Cláudio P. **Práticas econômicas e sociais no sertão cearense no século XIX: um olhar sobre a cultura material de grupos domésticos sertanejos**. Revista de Arqueologia, Ano 21, n.2, 2008.

TAVARES, Maria Goretti da Costa. **A formação territorial do espaço paraense: dos fortes à criação de municípios**. Revista ACTA Geográfica, Ano II, nº3, 2008.

ZENTI, Luciana. **Ciclo da Borracha: Paris tropical**. Site Aventuras da História. Disponível em <<http://guiadoestudante.abril.com.br/aventuras-historia/ciclo-borracha-paris-tropical-434959.shtml>>. Acesso 10. Jul. 2016.



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA
"JOSÉ ALBANO DE MACEDO"**

Identificação do Tipo de Documento

- () Tese
 () Dissertação
 (X) Monografia
 () Artigo

Eu, Leilany Vieira Silva,
 autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de
 02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar,
 gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação
A incursão do migrante cearense na
Província do Pará. (1877-1879).
 de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título
 de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI 10 de Janeiro de 2020

Leilany Vieira Silva
 Assinatura

Leilany Vieira Silva
 Assinatura